

ANEXOS E NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA 1 – PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com os princípios contabilísticos definidos no POCAL e em obediência à convenção dos custos históricos, à excepção das seguintes situações:

- Apesar da obrigatoriedade de utilização da contabilidade analítica (de custos) decorrente da disposição do ponto 2.8.3. do POCAL, o Município ainda não dispõe das condições técnicas e humanas indispensáveis para esse efeito;
- As existências à data de Balanço não foram valorizadas, tal como em exercícios anteriores, dada a inexistência de procedimentos formais instituídos para controlo dos movimentos nos stocks, tanto em termos de quantidades como de valores;

NOTA 2 – COMPARABILIDADE DAS CONTAS

No exercício transacto tinham sido elaborados trabalhos de inventariação efectuados pela “Sinergimo” que resultaram na identificação de diversos bens de imobilizado que se encontravam por cadastrar e sem o correspondente reflexo contabilístico ao nível do Activo. Neste âmbito, a valorização dos activos corpóreos foi efectuada e consequentemente, em função das diferenças materialmente relevantes detectadas no cruzamento final de valores entre o Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial e os registos contabilísticos registados no Sistema de Contabilidade Autárquica, procederam-se movimentos de regularização na contabilidade no exercício de 2006.

No pretérito exercício, decorrente da regularização supracitada, foi detectado que algum do imobilizado já se encontrava com registo contabilístico, embora com registo em “Imobilizado em Curso”, o qual não foi tido em consideração no exercício transacto,

bem como alguns “troços” da rede de água que não foram registados no SICP, e consequentemente não produziu qualquer registo na contabilidade.

Em função das diferenças, detectadas no cruzamento da informação, procedeu-se aos seguintes movimentos de regularização na contabilidade:

Contas debitadas

“51 – Património”	2.033.362,48 €	(Diminuição)
“453 – Bens de domínio Público – O. Construções e Infra – estruturas”	425.734,50 €	(Aumento)

Contas creditadas

“442 – Imobilizações em Curso”	2.033.362,48 €	(Diminuição)
“51 – Património”	425.734,50 €	(Aumento)

Foram efectuados ainda, no exercício de 2007, lançamentos no SICP que consequentemente geraram os seguintes movimentos contabilísticos:

Contas debitadas

“421 – Terrenos e Recursos Naturais”	253.207,06 €	(Aumento)
“423 – Equipamento Básico”	244,72 €	(Aumento)

Contas creditadas

“51 – Património”	253.451,78 €	(Aumento)
-------------------	--------------	-----------

No decorrer do exercício de 2007, o Município foi beneficiário da doação dos seguintes bens:

- Lote 5, 6 e 7 da Quinta da Cavada em Óvoa – Doados pela Freguesia de Óvoa;
- Duas Viaturas, doadas pela associação A.D.I.C.E.S., as quais:

Mitsubishi, com matrícula 15 – 56 – JE;

Renault Kangoo, com matrícula 55 – 50 – MV.

As doações supracitadas geraram os seguintes movimentos contabilísticos:

Contas debitadas

“421 – Terrenos e Recursos Naturais”	45.740,00 €	(Aumento)
“424 – Equipamento de Transporte”	5.150,00 €	(Aumento)

Contas creditadas

“576 - Doações”	50.890,00 €	(Aumento)
-----------------	-------------	-----------

NOTA 3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS

Os critérios valorimétricos utilizados respeitaram os princípios contabilísticos definidos no capítulo 5 do plano Oficial de Contabilidade. Assim:

- As imobilizações corpóreas estão valorizadas de acordo com a informação disponível no Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial, conforme já indicado, utilizando-se simultaneamente o critério do custo histórico para alguns bens, a avaliação de uma Comissão constituída para o efeito para outros bens e a avaliação da “Sinergimo”, já referida em pontos anteriores,, no que respeita a bens cadastrados no exercício transacto, nomeadamente alguns troços da rede de águas;

- As amortizações são calculadas com base nos elementos constantes no Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial, seguindo o disposto na Portaria 671/2000, à excepção das grandes reparações/beneficiações de bens já amortizados, cujas taxas de amortização são calculadas em função da vida útil estimada para esses bens.

NOTA 4 – COTAÇÕES DE CÂMBIO UTILIZADAS

Nota não aplicável, dada a ausência de transacções expressas em moeda estrangeira.

NOTA 5 – SITUAÇÕES QUE AFECTAM O RESULTADO DO EX.º

Além das situações oportunamente referidas na nota 1, não foram identificadas outras situações com influência materialmente relevante no resultado.

NOTA 6 – COMENTÁRIO À CONTA “431 – DESPESAS DE INSTALAÇÃO” E “432 – DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO”

Nota não aplicável, por inexistência de saldos nas referidas contas.

NOTA 7 – MOVIMENTOS DO ACTIVO IMOBILIZADO E RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES

Os movimentos ocorridos nas rubricas de imobilizações e respectivas amortizações constam dos quadros seguintes:

ACTIVO BRUTO

Rúbricas	Saldo inicial	Reavaliação/ Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
De bens de Domínio Público						
Outras constr. e infra-estruturas	49.682.973,91		466.353,40			50.149.327,31
Outros bens de domínio público						0,00
	49.682.973,91	0,00	466.353,40	0,00	0,00	50.149.327,31
Imobilizações incorpóreas						
Proj. Estudos de arquitectura						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e Recursos Naturais	3.638.209,36		395.628,64	265.132,06	189.409,15	3.579.296,79
Edifícios e outras construções	8.557.856,05		18.750,00	88.938,66		8.487.667,39
Equipamento básico	779.691,93		3.303,78			782.995,71
Equipamento de transporte	1.021.774,69		53.920,96			1.075.695,65
Ferramentas e utensílios	739.166,43		14.465,78			753.632,21
Equipamento administrativo	714.438,33		221.142,08		5.085,36	930.495,05
Outras imobilizações corpóreas	104.598,25		522,16			105.120,41
Imobilizações em curso	3.078.593,47		-1.022.106,33			2.056.487,14
Adiantam. Conta Imob. Corp.	4.850,00					4.850,00
	18.639.178,51	0,00	-314.372,93	354.070,72	194.494,51	17.776.240,35
Investimentos Financeiros						
Partes de Capital	258.500,00					258.500,00
	258.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	258.500,00

Unidade: Euros

Por motivos de origem informática, a coluna dos “Aumentos” na rubrica Imobilizações em curso, encontra-se com valor negativo e a coluna de “Transferências e abates” com

valor nulo; o valor destas colunas, na rubrica “Imobilizações em curso”, deveria ser o seguinte:

- Aumentos 1.043.121,65 €
- Transferências e abates 2.065.227,98 €

AMORTIZAÇÕES

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens de Domínio Público				
Outras const. e infra-estruturas	3.187.394,25	3.103.212,22		6.290.606,47
Outros bens de domínio público	0,00			0,00
	3.187.394,25	3.103.212,22	0,00	6.290.606,47
Imobilizações incorpóreas				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e Recursos Naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	414.680,77	65.825,83	-18.761,34	461.745,26
Equipamento básico	148.521,84	81.598,20		230.120,04
Equipamento de transporte	536.031,60	94.313,85		630.345,45
Ferramentas e utensílios	696.309,89	15.999,96		712.309,85
Equipamento administrativo	367.016,11	153.844,16	-3.501,05	517.359,22
Outras imobilizações corpóreas	27.407,50	8.046,32		35.453,82
Imobilizações em curso	0,00			0,00
	2.189.967,71	419.628,32	-22.262,39	2.587.333,64

Unidade: Euros

NOTA 8 – DESAGREGAÇÃO DE RUBRICAS DOS MAPAS ANTERIORES

Descrição do activo Imobilizado – Ver **ANEXO I** (Bens Móveis por grupo homogéneo) , **ANEXO II** (Viaturas por grupo homogéneo e detalhe) **ANEXO III** (Bens Imóveis grupo homogéneo e detalhe, incluindo bens de domínio público) e **ANEXO IV** (Obras em curso).

Bens adquiridos em estado de uso – Não aplicável

Alienações, transferências e abates no exercício – Ver **ANEXO V**

ACTIVO LÍQUIDO

Rúbricas	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas	Activo Líquido
De bens de Domínio Público			
Outros construções e infraest.	50.149.327,31	6.290.606,47	43.858.720,84
	50.149.327,31	6.290.606,47	43.858.720,84
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e Recursos Naturais	3.579.296,79		3.579.296,79
Edifícios e outras construções	8.468.906,05	461.745,26	8.007.160,79
Equipamento básico	782.995,71	230.120,04	552.875,67
Equipamento de transporte	1.075.695,65	630.345,45	445.350,20
Ferramentas e utensílios	753.632,21	712.309,85	41.322,36
Equipamento administrativo	926.994,00	517.359,22	409.634,78
Outras imobilizações corpóreas	105.120,41	35.453,82	69.666,59
Imobilizações em curso	2.056.487,14		2.056.487,14
Adiant. Conta imob. Corp.	4.850,00		4.850,00
	17.753.977,96	2.587.333,64	15.166.644,32

Unidade: Euros

Os valores referidos no mapa **ANEXO VI** foram obtidos do Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial, mostrando-se concordantes com a informação divulgada, coincidente com a contabilidade.

NOTA 9 – CUSTOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS

Nota não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

NOTA 10 – DIPLOMAS LEGAIS DAS REAVALIAÇÕES

Nota não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

NOTA 11 – REAVALIAÇÕES

Nota não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

NOTA 12 – SITUAÇÕES ESPECÍFICAS DO IMOBILIZADO CORPÓREO E EM CURSO

Imobilizações em poder de terceiros (exploração):

Neste âmbito, destacam-se apenas os contratos de concessão de exploração das redes eléctrica e de águas (e saneamento). As entidades concessionárias são a “EDP – Distribuição Energia, S.A.” e “Águas do Planalto – Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A.”, respectivamente.

Imobilizações implantadas em propriedade alheia:

A “Casa da Cultura” sita em terreno da Casa do Povo, o “Auditório Municipal e Espaço Internet” constituídos em edifício (e terreno) dos Bombeiros Voluntários e a “Biblioteca Municipal Alves Mateus” actualmente a funcionar em edifício (e terreno) do Ministério das Finanças, constituem as situações mais relevantes que se enquadram neste âmbito. Refira-se, no entanto, que as obras respeitantes ao primeiro e ao segundo empreendimento referidos, não se encontram contemplados ao nível do Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial estando ambos relevados na contabilidade pelo valor das obras realizadas, em cada um deles, em imobilizado em curso.

Imobilizações reversíveis:

Não se conhecem imóveis nesta situação.

Custos Financeiros capitalizados nas imobilizações supra-referidas – Não aplicável

NOTA 13 – BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOC. FINANCEIRA

Rúbrica	Valor bruto (*)	Amortizações acumuladas (**)	Valor Líquido(**)	Final do contrato
Imobilizações corpóreas				
151820 - Varredora	96.000,00	56.323,00	59.803,00	Jun 2010
30019096 - V. Com. Tipo Furgão	13.092,02	7.668,00	6.699,38	Dez 2009
7569-24 - Camião Man	76.160,00	63.119,00	12.393,00	Out 2008
316837 - Edifício	126.000,00	10.702,00	115.298,00	Dez 2009
040005361 - Renault Master	17.642,00	9.163,00	14.254,54	Jan 2010
	328.894,02	146.975,00	208.447,92	

(*) Valores sem IVA

Unidade: Euros

(**)Valores com IVA, à excepção do Edifício que é isento de imposto

NOTA 14 – RELAÇÃO DOS BENS SEM VALORIZAÇÃO

Os bens que se encontram referidos no mapa **ANEXO VII**, apesar de incluídos no inventário, não se encontram valorizados à data de 31 de Dezembro de 2007, tratando-se de situações transitadas de exercícios anteriores.

NOTA 15 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO AMORTIZADOS

Os bens de domínio público que não são objecto de amortização não assumem materialidade. O SICP não assumiu nenhuma taxa de amortização para esses bens, por razões que se desconhecem.

NOTA 16 – INFORMAÇÕES SOBRE EMPRESAS PARTICIPADAS

PROFIACADEMUS – ESCOLA PROFISSIONAL DE S. C. DÃO – Unipessoal Lda

A participação financeira encontra-se valorizada a custo histórico, na importância de 5.000 euros e corresponde a 100% do capital social da participada. Em 31/12/2007, a empresa com sede em Rua José Maria de Matos, apartado 33, 3440-382 Santa Comba Dão, apresentava capital próprio negativo de 57.600,37 euros, incluindo resultado positivo de 19.372,33 euros referente ao exercício de 2007.

ECOBEIRÃO – SOC. TRAT. RESÍDUOS SÓLIDOS PLANALTO BEIRÃO, S.A.

A participação financeira encontra-se valorizada a custo histórico, na importância de 1.000 euros e corresponde a 2% do capital social da participada. Em 31/12/2007, a empresa com sede em Vale da Margunda, Borralhal, 3465-013 Barreiro de Besteiros apresentava capital próprio de 155.225,26 euros, incluindo resultado positivo de 14.510,24 euros referente ao exercício de 2007.

WRC – Web p/Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.

A participação financeira de 2.500 euros data de 2003 mas não se encontra valorizada na contabilidade, pelo facto de ainda não ter sido realizada até à data. Essa importância corresponde a 0,65% do capital social da participada. À data do encerramento do exercício de 2007 não se encontravam disponíveis as contas desta participada pelo que apenas se refere o valor do Capital Próprio à data de 31/12/2006 que ascendia a 652.774,67 euros. A participada tem sede em Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80, 3000 – 069 Coimbra.

COMBANIMA – ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM

A participação financeira foi constituída no exercício de 2006 e encontra-se valorizada a custo histórico, na importância de 250.000,00 euros e corresponde a 100% do capital social da subsidiária. À data de encerramento do exercício de 2007 não se encontravam disponíveis as contas desta participada pelo que apenas se refere o valor do Capital Próprio à data de 31/12/2006 que ascendia a 250.000,00 euros.

ITECONS – Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção

A participação financeira foi constituída no exercício de 2006 e encontra-se valorizada ao custo histórico, na importância de 2.500,00 euros, e corresponde à classe de associado E. À data do encerramento do exercício de 2007 não se encontravam disponíveis as contas desta participada pelo que apenas se refere o valor do Capital Próprio à data de 31/12/2006 que ascendia a 494.819,33 euros. A participada tem sede em Rua Luís Reis Santos, Pólo II da Universidade de Coimbra, 3030 – 788 Coimbra.

NOTA 17 – TÍTULOS NEGOCIÁVEIS E OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA

Nota não aplicável, por inexistência de títulos negociáveis detidos e outras aplicações de tesouraria à data de balanço.

NOTA 18 – OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Nota não aplicável, por inexistência de outras aplicações financeiras à data de balanço.

NOTA 19 – DIFERENÇAS ENTRE A VALORIZAÇÃO DO ACTIVO CIRCULANTE E O RESPECTIVO VALOR DE MERCADO

As existências não se encontravam valorizadas à data de 31/12/2007, dada a inexistência de trabalhos de inventariação que permitissem aferir o seu valor para efeitos de balanço.

NOTA 20 – FUNDAMENTAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIAIS QUE JUSTIFICARAM A ATRIBUIÇÃO AO ACTIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO MERCADO

Nota não aplicável, à excepção da situação referida na nota anterior em que as existências apresentavam valor nulo à data de Balanço.

NOTA 21 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE - PROVISÕES

Nota não aplicável, por inexistência de provisões constituídas neste âmbito.

NOTA 22 – DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

As dívidas de cobrança duvidosa respeitam integralmente a “Clientes, Contribuintes e Utentes” e coincidem com o saldo da conta “218”. Estas dívidas não se encontram provisionadas, sendo que o valor de 310,43 € não assume significância. Confirma-se a impossibilidade dos serviços camarários poderem analisar, verificar e, se for caso disso, pedir esclarecimentos sobre os valores das transferências efectuadas pela DGCI, relativas aos impostos que constituem receita do Município, porque a informação contida nos documentos é manifestamente insuficiente. Esta situação impossibilita,

entre outros aspectos, a confirmação de dívidas em atraso por parte de contribuintes e a verificação da necessidade de constituição de provisões para cobrança duvidosa.

NOTA 23 – DÍVIDAS ACTIVAS/PASSIVAS RESPEITANTES A PESSOAL

Em 1 de Janeiro de 2008, vencem os direitos de férias e subsídio de férias dos funcionários camarários, estimados em 254.400 euros. Este valor foi devidamente especializado como custo do exercício, através da conta “273 – Acréscimo de Custos”, juntamente com os encargos sociais na ordem de 41.486,40 euros.

NOTA 24 – OBRIGAÇÕES EMITIDAS E DIREITOS CONFERIDOS

Nota não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

NOTA 25 – DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Não existem dívidas em mora neste âmbito.

NOTA 26 – DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES

A listagem das garantias e cauções prestadas, assim como dos recibos para cobrança consta do **ANEXO VIII**.

Às dívidas divulgadas em Balanço, acresce o montante de compromissos assumidos perante terceiros, que ainda não possuem reflexo económico ao nível da contabilidade, em 31 de Dezembro, por respeitarem a acordos, protocolos, contratos ou adjudicações de empreitadas. O valor apurado em final do exercício de 2007 aproxima-se de 673.405,00 euros, representando uma contingência próxima e que no curto prazo se concretizará como outro passivo que o Município terá que suportar.

NOTA 27 – CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS

Nota não aplicável, por inexistência de saldos respeitantes a provisões.

NOTA 28 – MOVIMENTOS OCORRIDOS EM CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 «FUNDO PATRIMONIAL», CONSTANTES DO BALANÇO

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumento	Diminuição	Saldo Final
Património	51.357.920,00	679.186,28	2.033.362,48	50.003.743,80
Reservas de Reavaliação	2.300,00			2.300,00
Reservas				
571 - Reservas Legais	174.338,80			174.338,80
576 - Doações	50.890,00			50.890,00
Resultados Transitados	-335.087,98	335.087,98	4.812.401,56	-4.812.401,56
Resultado do Exercício	-4.477.313,58	4.477.313,58	2.367.712,16	-2.367.712,16
	46.773.047,24	5.491.587,84	9.213.476,20	43.051.158,88

Unidade: Euros

Nos movimentos descritos consistiram:

- No aumento de 425.734,50 euros na conta do Património decorrente do registo de “troços” da rede de água, referido na nota 2 deste anexo;
- No Aumento de 253.451,78 euros na conta do Património decorrente do registo dos bens referidos na nota 2 deste anexo;
- Na regularização de grande significado referida na nota 2 da ABDR, que resultou na diminuição do valor do Património em 2.033.362,48 euros;
- Na transferência do resultado líquido negativo de 2006, na importância de 4.477.313,58 euros para “resultados transitados”, conforme deliberação camarária;
- No aumento de 50.890,00 euros na conta Doações, conforme relação de bens referidos na nota 2 deste anexo;
- No reflexo do apuramento do resultado líquido negativo referente ao exercício de 2007, no montante de 2.367.712,16 euros.

NOTA 29 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nota não aplicável, pelas razões apontadas nas notas 1 e 19.

NOTA 30 – DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Nota não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

NOTA 31 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

	Exercícios	
	2007	2006
Custos e Perdas		
681. Juros Suportados	461.671,36	341.538,79
688. Outros custos e perdas financeiros	2.128,81	1.969,38
Resultados Financeiros	-96.971,07	-37.887,74
	366.829,10	305.620,43
Proveitos e Ganhos		
781. Juros obtidos	5.063,45	353,28
783. Rendimentos de Imóveis	361.765,65	305.266,94
788. Outros rendimentos e ganhos financeiros	0,00	0,21
	366.829,10	305.620,43

Unidade: euros

NOTA 32 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	Exercícios	
	2007	2006
Custos e Perdas		
691. Transferências de capital concedidas	212.976,47	526.532,44
694. Perdas em imobilizações	195.524,07	59.627,80
695. Multas e penalidades	60,00	
697. Correções relativas a exercícios anteriores	29,16	20.417,68
698. Outros custos e perdas extraordinários	88.750,00	
Resultados Extraordinários	-56.622,78	-496.958,52
	440.716,92	109.619,40
Proveitos e Ganhos		
793. Ganhos em existências		292,47
794. Ganhos em imobilizações	185.433,84	1.936,86
795. Benefícios de penalidades contratuais	1.834,98	358,16
797. Correções relativas a exercícios anteriores	156.976,03	7.965,45
798. Outros proveitos e ganhos extraordinários	96.472,07	99.066,46
	440.716,92	109.619,40

Unidade: Euros